

OUTRA VOZ DA CRÍTICA: POSICIONAMENTO DO CRÍTICO E FUNÇÃO DA TEORIA NOS ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURAIS

Willy Carvalho Coelho¹

RESUMO

O trabalho discute o papel do crítico literário e cultural na contemporaneidade. Comentamos textos de críticos com história de formação marcada pelo questionamento das fronteiras e da centralidade do saber científico e filosófico. Analisamos excertos do trabalho de Stuart Hall, de Homi Bhabha e de Alberto Moreiras. A questão subjacente ao trabalho comparativo das opiniões críticas é a de que função assume a voz do crítico frente ao compromisso de ser representante e interventor na arena cultural.

Palavras-chave: Estudos Literários, Crítica Cultural, Teoria, Política, Contemporâneo.

RESUMEN

En este artículo se analiza el papel del crítico literario y cultural en la actualidad. Hemos comentado textos de intelectuales que tienen una trayectoria académica caracterizada por cuestionamientos en torno a las fronteras y centralismos del conocimiento científico y filosófico. Fueron analizados algunos extractos de la obra de Stuart Hall, Homi Bhabha y Alberto Moreiras. La cuestión subyacente en el estudio comparativo de los tres discursos, es entender cuál es la función que asume la voz de la crítica enfrente al compromiso de ser representante e interventor en el ámbito cultural.

Palabras clave: Estudios Literarios, Crítica Cultural, Teoría, Política y Contemporáneo.

A atual situação dos estudos literários é o efeito de mudanças iniciadas há pelo menos trinta anos. A conjunção da reorganização política dos Estados-Nação pós-guerra fria, do avanço e do aprimoramento tecnológico das mídias, assim como

¹ Doutorando em Literatura Comparada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de Doutorado do CNPq.

do questionamento epistemológico da disciplina determinou a nova face da crítica literária. Devemos somar a esses elementos a insuficiência ou a saturação dos métodos analíticos anteriores. O contexto das mudanças caracterizou-se pela consolidação do capitalismo que liga vários pontos do mundo através do mercado, em que soberanias ditas democráticas foram toleradas, definindo o apaziguamento de conflitos político-ideológicos. Até esse momento, a pesquisa literária concentrava os esforços, sobretudo, na compreensão da produção de textos estabelecidos como o cânon; muitas vezes, associados historicamente ao discurso que representava, por excelência, a cultura do país. A literatura era a representante privilegiada da expressão cultural da cor local, da nacionalidade. Particularmente, a consolidação do mercado através de uma rede de comunicação simultânea mudou o interesse e a perspectiva do pesquisador da literatura. Sob o influxo da Antropologia, que deu início ao questionamento do valor da produção conceitual dos países centrais, o campo dos estudos literários estendeu o panorama de seu olhar. Aliando Antropologia e o resgate histórico das condições de formação do sistema literário nacional, numa busca genealógica e arqueológica das fundações que o definem, o crítico do fim do século XX se viu na encruzilhada entre o literário e o cultural. O período ratifica a consciência de que o conhecimento e o poder sempre estiveram ligados. O crescimento populacional do século XX e a democratização incipiente do acesso e da produção acadêmica trouxeram outro importante elemento que determinou a mudança: a emergência da produção teórica de críticos oriundos de culturas periféricas ou colonizadas. Apesar da maioria deles realizar a formação em metrópoles mundiais, o discurso advindo com a produção teórica testemunha a opção por compreender o que caracteriza ou organiza sua própria forma de pensar, uma vez que se trata de sujeitos de culturas marcadas por tempos (históricos) e elementos desiguais. Nossa hipótese é de que ao migrar do enfoque eminentemente literário para a abertura cultural, em que os elementos culturais são indissociáveis de seus aspectos sociais e econômicos, o crítico contemporâneo que produz na virada do século XXI coloca como questão a legitimidade dos valores dos conceitos e da teoria. Para isso, ele lança mão da observação do que genuinamente se produz no local sem perder de vista a inevitável interdependência global. Nessa tarefa, o crítico não dispensa o uso das ferramentas adquiridas no longo período de

formação cultural, que o resgate histórico permite englobar. Período que se inicia com o evento traumático da colonização, passando pela afirmação identitária nacional até o momento globalizado do presente. Em sua produção teórica, lança mão do mesmo código cultural do colonizador, entretanto, promove a abertura da *casa-de-máquinas* da linguagem. O que verdadeiramente pertence a mim? O que é do outro? Será pertinente pensar a crítica da produção literária e cultural nesses termos na atualidade? São questões que ressoam, no fim do século, através de outra voz da crítica, vinda da margem. Outra voz que pode ser pensada como a política da teoria, conforme sugerido por Hall.² A entrada no espaço sensível comum da enunciação ou do dizer em que a atividade política se materializa. Questionar o valor do pensamento teórico implica a desarticulação da função da crítica.

Persigo neste texto o que intuo ser o tema relevante que se reflete na produção teórica de críticos que vivem a contingência de produzir teoria literária e cultural na fronteira simbólica da academia contemporânea.

2

No início do século XX, Antonio Gramsci manifestava a preocupação de pensar o posicionamento do intelectual e a função de sua produção ou ação teórica. Evidentemente influenciado (uma das influências teóricas) pelo trabalho de Marx, Gramsci inicia uma forma particular de analisar a organização dos espaços decisórios na sociedade. Apesar de postular a distinção entre hegemonia e condição subalterna³, Gramsci, na realidade, provoca o abalo da forma tradicional de identificar e classificar a atividade intelectual. Num trecho do texto, *Os intelectuais e a organização da cultura*, ouvimos o autor dizer:

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da

² HALL, 2003, p. 211.

³ Instâncias essas que geraram, cada uma, respectivamente, o que veio ser interpretado, pelos comentadores de seu texto, as categorias *intelectual tradicional* e *intelectual orgânico*.

categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover *novas maneiras de pensar*. (GRAMSCI, 1979, pp. 7-8, grifo meu).

A noção de organicidade se depreende do comentário do crítico. Ao igualar a atividade do trabalhador que convencionalmente caracterizamos como intelectual – um bom exemplo, talvez seja o jornalista, ou o professor, citados por Gramsci –, e que exerce função eminentemente cognitiva, à de qualquer outra atividade “muscular-nervoso”⁴ mais elementar, Gramsci desconstrói deliberadamente a hierarquia que a divisão de trabalho impõe à compreensão do sistema capitalista. Mesmo o trabalhador braçal, como se trata o empregado que exerce atividade que exige pouca educação formal, não prescinde ou não deveria prescindir, do ponto de vista gramsciano, de pensar sobre sua atividade dentro de um sistema social organizado.

O texto de Gramsci é conscientemente estruturado como alternativa teórica, uma “nova maneira de pensar”.⁵ Ao traçar a história da formação dos intelectuais desde os tempos antigos até o momento contemporâneo em que se situava, o autor tem em mente a noção de que mudanças, no nível da superestrutura, poderiam ser pensadas através de alternativas que implicassem não apenas a causalidade material de base econômica do marxismo ortodoxo. O texto sub-reptício do ensaio de Gramsci propõe a função para o intelectual, esse visto como representante de um grupo que forma junto com outros grupos um macro-organismo, de organizador da cultura. A linha de base do projeto gramsciano, ao incorporar a noção opositora da hegemonia versus o subalterno, aponta para a

⁴ GRAMSCI, 1979, pp. 7-8.

⁵ GRAMSCI, 1979, p. 8.

instância do planejamento da educação e da organização de classes dos trabalhadores (o exemplo do sindicato) como fundamentos ideológicos da sociedade. Nessa perspectiva, a atividade intelectual encontra-se associada diretamente à partilha da decisão política e dos rumos do poder. O intelectual teria sua função de mediador, representante do grupo.

A lição gramsciana ecoa, explícita e indiretamente, através dos trabalhos que comentarei a seguir. A noção do intelectual como mediador social entre as instâncias da hegemonia e do subalterno vai atravessar o tempo, sendo criticada e ganhando matizes, sem deixar, todavia, de se atualizar através da dinâmica reflexiva que sustenta a atividade da razão crítica.

O trabalho de Michel Foucault complementou a discussão da função do intelectual na contemporaneidade ao ampliar a noção de poder que se via circunscrito à dominação através das instituições da sociedade que haviam sido descritas e interpretadas. Em outras palavras: o método da “genealogia do poder” produziu um importante “deslocamento com relação à ciência política, que limita ao Estado o fundamental de sua investigação sobre o poder”.⁶ O projeto de investigação genealógico do poder abrange novas instâncias de controle e dominação as quais Foucault nomeia de *dispositivos*. Embora não delimite o conceito com precisão, o autor nos fornece alguns elementos que o constituem.⁷ Os dispositivos de controle seriam exercidos através do manejo de espaços “institucionais”, “estratégias discursivas”,⁸ “ritos sociais”⁹ articulados em “discursos múltiplos, entrecruzados (...) em torno de um feixe de relações de poder”, estreitamente ligados ao domínio do saber.¹⁰

Silviano Santiago comenta a noção de dispositivo foucaultiano num texto recente. O autor indaga o deslocamento de representação social na atualidade:

O dispositivo é um conjunto heterogêneo. Inclui virtualmente discursos, instituições, leis, proposições filosóficas, medidas policiais e de

⁶ MACHADO, 1979, p. XI.

⁷ Agamben comenta o fato e o conceito foucaultiano, numa espécie de lição genealógica, no elucidativo *O que é um dispositivo*, Cf. AGAMBEN, 2009, pp. 25-54.

⁸ FOUCAULT, 1988, p. 36.

⁹ FOUCAULT, 1988, p. 53.

¹⁰ FOUCAULT, 1988, p. 36.

comportamento, regras arquiteturas, etc. Dispositivo é, diz ele, “um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber, e por ele são condicionados”. Ao somar poder e saber, a noção de dispositivo instrumentaliza a indagação sobre o modo como as expectativas emancipatórias do indivíduo se dobram ao coercitivo e punitivo “governo dos homens”. (SANTIAGO, 2010)

O texto de Silviano Santiago capta e comenta de forma exemplar o desdobramento do questionamento da função do discurso do intelectual na sociedade globalizada. Silviano Santiago aponta o início do “distanciamento” da noção de “ideologia” que o trabalho de Foucault realiza ao ultrapassar o conceito de “Aparelhos Ideológicos do Estado” de Althusser.¹¹ Este, por sua vez, havia proposto a ampliação dos “Aparelhos de Estado” através dos quais se opera a dominação social. Sob o influxo de Marx e Freud, a partir da releitura realizada por Jacques Lacan, Althusser introduz as categorias da “família, escola, mídia, sindicato e sistema político nacional”.¹² A arqueologia de Foucault levou a níveis ainda mais elementares de sedimentação de dominação através do conceito de dispositivos. Diz ele, num diálogo com o filósofo Deleuze coligido no Brasil em *Microfísica do poder*:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não precisam deles para saber, elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente muito sutilmente em toda a trama da sociedade. (FOUCAULT, 1979, p. 71).

O percurso das investigações de Foucault dá bem a idéia do que o autor está falando. O poder que se encontra entremeadado nas relações sociais pode ser apreendido historicamente ao notar como se deu o tratamento da loucura ou do doente mental pela medicina. Pode ser observado nos códigos de comportamento sexual – o estabelecimento do que é normal e do que é anormal – durante a longa pesquisa sobre a história da sexualidade. Enfim, no cerne da discussão posta por Foucault depreende-se a contraditória realidade que o próprio discurso sustentado

¹¹ SANTIAGO, 2010, s.p.

¹² SANTIAGO, 2010, s.p.

pelo intelectual institucionalizado numa disciplina social veicula e exerce em relação com o poder. Em síntese, a forma de pensar pode bem servir como efeito dessa dominação.

Ao lado de Gramsci, que foca a realidade desigual da situação social contemporânea, ao traçar o par oposto hegemonia/subalterno, a lição foucaultiana se faz ouvir, em bom tom, nos trabalhos atuais, ao postular a função da teoria como prática, deslocando-a do abstracionismo inócuo. Em diálogo com Deleuze, o autor diz: “É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática: ela é uma prática”.¹³ Contra a idéia da totalização do poder, Foucault assegura a condição provisória da teoria. Provisória, mas fidedigna, por se derivar do embate direto com o real. Como lembra Deleuze, a teoria “não totaliza, a teoria se multiplica e multiplica”¹⁴. Essa abertura possibilitada pela prática da teoria se verá presente em trabalhos atuais, como nos ensaios de Homi Bhabha, de Stuart Hall e de Alberto Moreiras que comento a seguir. Mesmo que não se pense mais em termos de ideologia ou contra-ideologia, como observa Silvano Santiago, a prática desses pensadores aponta para a emancipação do homem num contexto atual. Se não há mais a verticalidade explícita da dominação e a consequente alternativa de contra-controle a essa perspectiva, a noção de poder implica necessariamente à de resistência. Vamos ver como se dá a proposta dessas “respostas horizontais”¹⁵, ou das “ligações laterais”, proposta por Deleuze, como alternativa ao trabalho teórico¹⁶.

3

Pensar criticamente a função da teoria no momento atual é considerar de antemão o limite de seu efeito, assim como a pertinência dos critérios e a validade

¹³ FOUCAULT, 1979, p. 71.

¹⁴ FOUCAULT, 1979, p. 73.

¹⁵ Proposição de Mabel Moraña (“respuetas horizontales”) ao comentar as alternativas teóricas dos trabalhos de Garcia Canclini e Beatriz Sarlo frente à conjuntura da consolidação da ‘globalidad’ e da organização da cultura pós-industrial, em contraposição a propostas precedentes de teor “revolucionário” ou “reformistas”. Cf. MORAÑA, *Ideologia de la transculturación*, 1997.

¹⁶ FOUCAULT, 1979, p. 74.

de suas descrições e interpretações. Trata-se, pelo menos, de pensar a validade daquela teoria que arroga a função de compreender a realidade como uma totalidade homogênea e apaziguadora.

A hipótese deste trabalho é de que o tópico do questionamento da validade e da pertinência das construções teóricas tradicionais apresenta-se como diretriz principal da produção teórica do grupo de intelectuais formado em contexto histórico e cultural especial. Os exemplos que irei comentar mostram algo em comum. Os críticos apresentam biografias e contextos de formação intelectual marcados pela vivência em fronteiras tanto geográficas quanto simbólicas. O trabalho de cada um dos críticos apresenta a experiência do voltar-se sobre o discurso da tradição (as narrativas fundacionais, e também da “tradição moderna” ou modernista, num aparente paradoxo, como sugerido por Compagnon¹⁷) para daí extrair as diretrizes da nova forma para a teoria. Teoria que deve agora estar associada à noção de prática; em outras palavras: indissociada da política ou da atividade intelectual *stricto sensu*, em contraponto com a atividade acadêmica, como sugerido por Stuart Hall.¹⁸ Compromisso com a teoria, atividade intelectual, que não pretende simplesmente substituir as decisões advindas do grupo hegemônico no palco em que se exerce a dominação ou exercício do poder. E sim, atividade, que ao enfatizar o caráter prático de sua dinâmica, coloca-se ao lado, e permanentemente, das instâncias em que se gera o discurso da lei, o discurso do poder. Reconhecendo a natureza discursiva do poder, a crítica e a teoria comprometem-se a analisar as contradições e as ambivalências que determinam o estado de coisas que definem o local da cultura e sua inter-relação com a história, a economia e as instituições sociais.

Ao realizar a retrospectiva da produção dos trabalhos realizados no Centre Contemporary Cultural Studies, Stuart Hall reconhece a natureza autobiográfica que implica o trabalho de avaliar o legado teórico do campo iniciado na década de 70. Entretanto, o crítico justifica a importância do deslocamento necessário a se

¹⁷ COMPAGNON, 2003, pp. 10-13.

¹⁸ Stuart Hall aponta a divergência entre atividade acadêmica e atividade intelectual captada entre a burocracia automatizante e repetitiva da Academia (ao citar as diferenças entre a produção dos Estudos Culturais britânicos e americanos), próprio da primeira, e o reconhecimento da instabilidade e precariedade do trabalho teórico da atividade intelectual ocupado com o questionamento permanente da validade de sua produção. Cf. HALL, 2003, pp. 210-211.

realizar para se livrar do “fardo” atribuído ao sujeito negro que teria a obrigação de falar por todos os ‘negros, ou ainda da suposta necessidade de representar o discurso crítico a respeito da política britânica, como efeito de sua história pessoal e intelectual.¹⁹ Reconhecendo que a estratégia autobiográfica inspira a “autoridade autêntica” do discurso, ainda assim Hall afirma a necessidade e a justificativa de falar da sua experiência na emergência dos estudos culturais. Sabemos se tratar da história de seu comprometimento com o novo campo de pesquisa, denominado pelo crítico de “formação discursiva”²⁰ (nos moldes foucaultianos), que esclarece o caráter autobiográfico da exposição.

O posicionamento de Stuart Hall em relação à questão da função da teoria é o que mais se aproxima das matrizes que comentamos. Tendo o cuidado de explicitar a relação conflituosa com o marxismo, muitas vezes associado acriticamente aos estudos culturais, Hall ratifica a aproximação mais evidente do campo com os princípios advindos do trabalho de Gramsci para a formação da perspectiva dos estudos culturais. A ultrapassagem do marxismo ortodoxo se deu pela limitação teórica dos comentadores da obra de Marx, assim como o silêncio do próprio Marx, como afirma o autor, para analisar e compreender o fenômeno da superestrutura em suas manifestações eminentemente simbólicas. Ou ainda, pela insuficiência para sondar a própria linguagem. É evidente nesse primeiro contexto de nascimento do projeto dos estudos culturais – a “educação dos adultos” –, assim como na expectativa inicial de formar “intelectuais orgânicos”, o influxo do texto gramsciano no projeto do novo campo.²¹ O trajeto dos estudos culturais foi marcado pelos descentramentos epistemológicos do fim do século XX. Embora conflituosa, não se pode negar a influência do pensamento de Marx para a compreensão da materialidade da história na sobredeterminação dos fenômenos sociais. Mas foi a lição de Gramsci, associada ao alargamento da noção de poder realizado por Foucault, assim como a constatação ambivalente da formação de nossa identidade trazida pela psicanálise, e ainda a constatação da natureza discursiva das formações simbólicas advindas com a virada linguística, que melhor

¹⁹ HALL, 2003, p. 199-200.

²⁰ HALL, 2003, p. 200.

²¹ HALL, 2003, pp. 200-201.

delimitam o campo de forças da nova formação discursiva que nega se fechar (institucionalizar-se) em mais uma disciplina.²²

Stuart Hall transmite seu propósito, inicialmente pela negativa, de não consistir seu texto “num comentário sobre o êxito ou utilidade de posicionamentos teóricos distintos nos estudos culturais”. E em seguida, afirma tratar-se de “algumas posições relativamente à questão geral do relacionamento entre teoria e política”.²³ No fim do texto, retorna à relação entre as instâncias na expectativa de esclarecer seu posicionamento:

Volto à teoria e à política, à política da teoria. Não a teoria como vontade de verdade, mas a teoria como um conjunto de conhecimentos contestados, localizados e conjunturais, que têm de ser debatidos de um modo dialógico. Mas também como prática que pensa sempre a sua intervenção num mundo em que faria algum efeito. Enfim, uma prática que entende a necessidade da modéstia intelectual. Acredito, haver toda a diferença no mundo entre a compreensão da política do trabalho intelectual e a substituição da política pelo trabalho intelectual. (HALL, 2003, p. 211).

A consideração da relação entre teoria e política se esclarece ao retornarmos a atenção para a distinção entre atividade acadêmica e atividade intelectual que o crítico realiza precedentemente. Embora reconheça que esses discursos “tocam-se, nutrem-se um ao outro, fornecem os meios para se fazer um ao outro”, Hall postula, contudo, “não são a mesma coisa”. Por atividade intelectual, o crítico propõe “a produção de um tipo de trabalho político-intelectual orgânico, que não tente inscrever-se numa metanarrativa englobante de conhecimentos acabados dentro de instituições”. É fácil deduzir que quando o crítico se refere à institucionalização do conhecimento fala então da burocrática “atividade acadêmica”.²⁴ Para a teoria, Hall vislumbra outro lugar, um entre-lugar, que será reiterado por vários de seus pares (ver *terceiro espaço* de Bhabha, o *entre-lugar* de

²² Stuart Hall comenta “o nascimento e a morte do sujeito moderno” em outro texto esclarecedor. Refiro-me às rupturas epistemológicas identificadas pelo crítico a partir já do século XIX (como a obra de Marx), passando pelo descentramento gradual do sujeito provocado pela psicanálise, pelo trabalho de Foucault, pela lingüística moderna, que postula a preexistência do código da língua em todo sujeito falante, e ainda o feminismo e os trabalhos étnicos que colocam a questão da natureza política e, portanto, relacionado ao poder, de temas como a sexualidade. Cf. HALL, *A identidade cultural na pós-modernidade*, 2005. pp. 23-46.

²³ HALL, 2003, p. 200.

²⁴ HALL, 2003, p. 216-217.

Silviano Santiago, a *atopia suja* de Moreiras) de onde deve partir a outra voz da crítica.

O questionamento da teoria proposto por Homi Bhabha, a meu ver, apropria-se das reflexões que colocam o posicionamento do crítico em debate, ampliando, de forma lúcida e pertinente, a compreensão da realidade da relação entre os discursos da teoria e da política. O texto de Bhabha, pautado na crítica pontual das rupturas epistemológicas que o trabalho teórico da literatura e da crítica cultural são tributárias – Marx, Gramsci, Foucault, a Psicanálise, o feminismo –, colige de forma eficiente as contribuições conceituais precedentes para propor a leitura mais fidedigna que o “ato semiótico”²⁵, função primordial do crítico, pode oferecer. Em outras palavras: aparando as arestas de uma proposta teórica engajada, tributária do período pós-guerra, em que o contexto histórico demandava projetos sociais que ligavam de forma muito aproximada atividade intelectual e planejamento social e cultural, Bhabha aponta questionamentos provocadores:

Em que formas híbridas, portanto, poderá emergir uma política da afirmativa teórica? Que tensões e ambivalências marcam esse lugar enigmático de onde fala a teoria? Falando em nome de alguma contra-autoridade ou do horizonte do “verdadeiro” (no sentido foucaultiano dos efeitos estratégicos de qualquer aparato ou *dispositif*), o empreendimento teórico tem de representar a autoridade antagônica (do poder e/ou conhecimento) que, em um gesto duplamente inscrito, tenta simultaneamente subverter e substituir (BHABHA, 1998, p. 47).

Bhabha tem consciência de que o gesto da teoria é refratário à verdade. A crítica se mantém em “oposição polar ao totalitarismo ao ‘liberalismo burguês’ ou ao que quer se suponha ser capaz de reprimi-la”.²⁶ A proposta de relacionar e pensar a função da teoria com a política, em Bhabha, se abre para um horizonte que os conceitos de *negociação*, em contraposição ao de *negação*²⁷, assim como o de *diferença*, em oposição ao de *diversidade*²⁸, permitem esclarecê-la.

²⁵ A referência precisa é de Cornejo-Polar ao justificar e esclarecer a dinâmica do método analítico ao ser questionado a respeito das diferenças e semelhanças que sua proposta do conceito de “heterogeneidade” guarda com a de “transculturação” e outras leituras da contemporaneidade. Cf. SPITTA, *Traición y transculturación: los desgarramientos del pensamiento latinoamericano*, 1997.

²⁶ BHABHA, 1998, p. 47.

²⁷ BHABHA, 1998, pp. 48-49.

²⁸ BHABHA, 1998, pp. 64-68.

A idéia de negociação do autor se relaciona, em oposição, à temporalidade distinta dos projetos que concebem uma “história teleológica ou transcendente” (crítica ao marxismo ortodoxo). Ao contrário, a “negociação” pressupõe a concepção da “articulação de elementos antagônicos ou contraditórios”, em que “os tiques nervosos à superfície da ideologia revelam a ‘contradição materialista real’ que a História encarna”.²⁹ À teoria, na concepção prática que a lição de Gramsci e Foucault a concebem, o crítico atribui a função. Mas com ressalva:

Não gostaria que minha noção de negociação fosse confundida com alguma noção sindicalista de reformismo porque não é esse o nível político que está sendo explorado aqui. (BHABHA, 1998, p. 52).

O autor nos lembra que o analista literário ou cultural não deve prescindir de outra relevante função do trabalho crítico. A “vigilância conceitual” da teoria é a prevenção da representação simplista do objeto político realizado pelo discurso, seja ele qual for: a “concepção ideológica” ou “a verdade revolucionária”.³⁰ A solução cabível para a teoria é partir do “terceiro espaço”.³¹ Terceiro espaço, lugar “contraditório e ambivalente da enunciação” que não é mais regido pelo simples mecanismo da lógica da infra-estrutura econômica ou da pressuposição da autoridade do poder. O “terceiro espaço” é o lugar aberto à “negociação” diária, permanente e ininterrupta em que a teoria, como prática discursiva, permite a voz plural e heterogênea da atualidade.³²

O mote de dar voz a quem historicamente foi privado de expressão, aquele cuja história de vida e de formação sempre foi contada por *outro*, define a proposta de pensar “as condições da crítica” de Alberto Moreiras.³³ Num contexto bem particular de discussão – a querela entre os direcionamentos dos estudos literários e dos estudos culturais iniciada nos anos 90 –, o autor traça relevantes comentários a respeito do papel da crítica e do que ele define como “reconstituição da razão crítica em um determinado campo institucional”.³⁴ Entretanto, são suas alianças

²⁹ BHABHA, 1998, p. 48.

³⁰ BHABHA, 1998, p. 52.

³¹ BHABHA, 1998, p. 67.

³² BHABHA, 1998, p. 67,

³³ MOREIRAS, 2001, p. 11.

³⁴ MOREIRAS, 2001, p. 36.

teóricas – “intenções pós-marxistas e desconstrutoras” e “a tradição dos estudos dos subalternos” na América Latina³⁵ – que ratificam a impressão.

Alberto Moreiras sabe bem a dimensão radical de sua intervenção no meio intelectual. E aposta em sua proposta de forma lúcida e corajosa. Deslocando o questionamento da relação entre teoria e política para o microcosmo do campo disciplinar dos estudos literários e estudos culturais, o autor articula e demonstra com clareza a dinâmica da relação entre o poder e o discurso hegemônico que tenta se apropriar da teoria, ou, como o autor prefere denominar, da razão crítica. Apresentando a querela entre as disciplinas, acontecida no evento da ABRALIC, no Rio de Janeiro, em 1996, Moreiras leva às últimas conseqüências a sondagem teórica. Expõe suas hipóteses e demonstrações empíricas, e questiona a condição da teoria na virada do século XXI.

Mas a questão fundamental permanece: será que é possível reafirmar o destino não-imperial da razão crítica, ou será que tal pretensão nada mais é que o movimento último de um Iluminismo exaurido que mal pode sobreviver, apoiando-se na ilusão de que o pensamento e o poder não são a mesma coisa, contra todos os tipos de evidência histórica? Nenhum apelo a uma historicização mais apropriada, nenhuma pretensão a privilégios epistêmicos de lugar e nenhuma suspeita de má-fé podem lidar adequadamente com essa questão; nada disso é suficiente. (MOREIRAS, 2001, pp. 21-22).

Fica claro que, apesar de localizar sua intervenção, evidenciada pelo recorte dos textos que compõem o livro que traz o ensaio que comentamos, o efeito do questionamento ultrapassa as fronteiras de uma área ou departamento acadêmico. Moreiras toca e incita à investigação dos pontos cegos da relação histórica entre colonizador e colonizado. A intervenção abarca um horizonte de conhecimento em que é preciso desconstruir o binarismo no qual a crítica acadêmica tradicional foi, historicamente, educada. Subscrever os códigos, os conceitos, da teoria identificada à verdade é subscrever o regime de dominação hegemônica do colonizador, do Ocidente, do outro. Engana-se aquele que interpreta a citação acima como pessimista ou niilista. Ao mesmo tempo em que parece não ver saída para a razão crítica, vemos o autor incitar o leitor: “os ataques devem se dar a partir da força

³⁵ MOREIRAS, 2001, p. 21.

divisória que marca a função crítica; as críticas devem ser feitas a partir do grafema contra o lugar da verdade, e não o contrário”.³⁶ Num outro ponto, abrandando o tom beligerante da metáfora, sem deixar de enfatizar a natureza de embate da atividade intelectual, ele diz: “Entendo a prática teórica como sendo a resistência a qualquer processo de mercadorização ou reificação de formas, sejam elas estéticas, de valoração, ou conceituais. Nesse sentido, somente a prática teórica pode garantir a possibilidade de uma irrupção no pensamento – contra a conservação, ali onde a conservação é uma prática reacionária”.³⁷ Outras alianças se evidenciam na fala do autor. A teoria como prática ratifica a tradição de se pensar o embate entre a hegemonia e os subalternos. Ouvimos os ecos de Gramsci e de Foucault. Com seus contemporâneos, Moreiras se afina ao postular a necessidade de outro lugar, ou do não-lugar da *atopia suja*³⁸; o pensamento vindo das ruínas, que deveria exercitar a teoria.

4

Pretendo encaminhar as considerações finais com a expectativa de extrair afinidades do pensamento crítico discutido logo acima.

O evidente do curto trajeto é a posição do crítico da atualidade em assumir a tarefa de *deslocalizar* o trabalho teórico seja de uma área ou de um departamento acadêmico. Seria isso o que se denomina de pensamento pós-disciplinar?

Quando se pensa e se vive a teoria como prática, em oposição a qualquer tentativa abstrata de postular normas e verdades sobre o real, a conseqüência não é mera mudança do discurso. Deslocar a função da teoria para o ato semiótico, que elicia a proximidade com a etnografia (modelo do método analítico dos estudos culturais e literários atuais), implica em mudanças radicais da concepção do conhecimento. A teoria, historicamente vivenciada como ponto de vista, a contemplação do fenômeno a partir de determinada perspectiva, não se

³⁶ MOREIRAS, 2001, p. 30.

³⁷ MOREIRAS, 2001, pp. 34-35.

³⁸ MOREIRAS, 2001, p. 35-36.

circunscreve à enunciação do lado de fora do que é visto. Como nos lembra Bhabha, o “etnográfico demanda que o próprio observador seja uma parte de sua observação e isto requer que o campo de conhecimento – o fato social total – seja apropriado de fora como uma coisa, mas como uma coisa que inclui dentro de si a compreensão subjetiva do nativo”. Assim, o método de observação “torna então o fato social ‘tridimensional’”.³⁹ A radicalidade da proposta teórica abarca a produção cultural local, não mais vista como mero exotismo transfigurado pelo discurso colonizador, e ainda o elemento extraído das vozes plurais e antagônicas que definem o contexto social, em busca de outros recursos para além da descrição, da tradução, da normatização. As intervenções criticadas apontam para a necessidade de uma nova teoria. A teoria que leve em conta o discurso mambembe do subalterno, a incorporação mesma daquele que não tem voz, assim como o reflexo das vozes do outro que nos forneceu a forma de nossa cultura, a busca da diferença à exaustão, como sugerido no título de Moreiras. Não existe localização de valor. Pulverizou-se a hegemonia tradicional. O que resta à teoria, cujo objetivo, em princípio, é o conhecimento, é buscar a alteridade, como exercício da pulsão epistemofílica, num jogo de abertura social ao outro que a idéia de reconhecimento vem complementar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

BHABHA, Homi. O compromisso com a teoria. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp. 43-69.

BHABHA, Homi. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998, pp. 198-238.

COMPAGNON, Antoine. Preâmbulo: Tradição moderna, traição moderna. In: *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, pp. 10-13.

³⁹ BHABHA, 1998, p. 212.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 69-78.

GRAMSCI, Antonio. Contribuição para uma história dos intelectuais. In: *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, pp. 03-116.

HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, pp. 199-218.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. VII-XXIII.

MORAÑA, Mabel. Ideologia de la transculturación. In: *Angel Rama y los estudios latinoamericanos*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 1997, 1997, pp. 137-145.

MOREIRAS, Alberto. Condições da crítica latino-americanista. In: *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, pp. 11-40.

SANTIAGO, Silviano. Poder de coerção e vida social. São Paulo: *Estadão, Caderno S2 Sabático*, 17 de abril de 2010. Disponível em: <http://digital.estadao.com.br/download/pdf/2010/04/17/S2.pdf>. Acesso em junho de 2010.

SPITTA, Silvia. Traición y transculturación: los desgarramientos del pensamiento latinoamericano. In: MORAÑA, Mabel. *Angel Rama y los estudios latinoamericanos*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 1997, 1997, pp. 174-191.